

**ATA DA 28ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO CURADOR DA
EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO S.A – EBC, REALIZADA AOS
VINTE E NOVE DIAS DO MÊS DE JUNHO DE DOIS MIL E ONZE, NA
SEDE DA EBC, EM BRASÍLIA-DF, NA FORMA ABAIXO**

CNPJ Nº 09.168704/0001-42 NIRE Nº 53.5.0000348-7

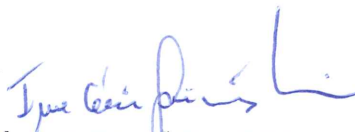
Aos vinte e nove dias do mês de junho do ano de dois mil e onze, às quatorze horas, na sede da EBC, em Brasília-DF, reuniu-se o Conselho Curador da EBC, convocado na forma do artigo 28 do Decreto nº 6.689, de 11 de dezembro de 2008, publicado no DOU de 12 de dezembro de 2008, com a presença dos seguintes membros: **Ima Célia Guimarães Vieira** (presidente), **Sylvio de Andrade** (chefe de Gabinete), representando a ministra de Estado Chefe da Secretaria de Comunicação Social), **Vitor Ortiz**, (secretário Executivo), representando a ministra de Estado da Cultura Anna Maria Buarque de Hollanda; **Ildeu de Castro**, representando o ministro da Ciência e Tecnologia, **Maria do Pilar** (secretária de Ensino Básico), representando o Ministro da Educação Fernando Haddad; **Ana Luiza Fleck Saibro**, (vice-presidente), **Daniel Aarão Reis Filho**, **Paulo Ramos Derengoski**, **Maria da Penha Maia Fernandes**, **Manoel Roberto Seabra Pereira**, **João Jorge Santos Rodrigues**, **Heloisa Maria Murgel Starling**, **Mário Augusto Jakobskind**, **Takashi Tome**, **Ana Maria da Conceição Veloso**, **Murilo César Ramos**, **Guilherme Gonçalves Strozi**, **Lúcia Willadino Braga**, **Maria Tereza Cruvinel**, na qualidade de diretora presidente, além dos diretores **José Roberto Garcez**, diretor de Serviços, **Nereide Beirão**, diretora de Jornalismo, **Marco Antônio Fioravante**, Diretor Jurídico, **Rogério Brandão**, superintendente de Programação e **Regina Lima**, Ouvidora-Geral. Os conselheiros **Paulo Sérgio Pinheiro**, **José Antônio Martins** e **Cláudio Lembo** justificaram suas ausências. A reunião foi convocada para atender à seguinte pauta: 1. Abertura e aprovação da Ata da 27ª Reunião; 2. Informes Diretoria Executiva; 3. Programação Infantil da TV Brasil; 4. RNTPD – Rede Nacional de Televisão Pública Digital; 5. Outros Assuntos. **1.** A Presidente **Ima Célia Guimarães Vieira** abriu a reunião lembrando que no dia seguinte haveria o Seminário de Mídias Públicas, quando alguns conselheiros e conselheiras seriam palestrantes; que Regina Lima era a nova ouvidora; que Sylvio de Andrade, chefe de Gabinete, representava a Ministra Helena Chagas; e que havia três ausências - os Conselheiros Paulo Sérgio Pinheiro, José Antônio Martins e Cláudio Lembo -, todas justificadas para fins regimentais. Sugeriu uma inversão de pauta, antecipando a apresentação da Professora Inês Vitorino sobre a avaliação da programação infanto-juvenil. Após consulta ao colegiado, foi aprovada a inversão de pauta. Passou-se à apreciação da ata da última reunião, enviada antecipadamente a todos. **3.** Passou a palavra para a professora **Inês Vitorino** que iniciou a sua apresentação informando que o trabalho do GRIM – Grupo de Pesquisa da Relação Infância e Mídia da Universidade Federal do Ceará - foi desenvolvido ao longo de um ano e gerou um relatório de duzentas páginas, feito com base, em primeiro lugar, em pesquisa documental e bibliográfica. Entre os critérios que nortearam a pesquisa, destacou o da diversidade, pois havia um público em processo de transformação, então havia a necessidade de uma diversidade de representações sociais e culturais, diversidade regional, diversidade também em termos de gênero, de estética e de linguagem. Relatou que 23 programas e 221 episódios foram analisados; que desenvolveram alguns instrumentos de análise para verificar a frequência dos elementos que queriam qualificar; que trabalharam com fichas de programas e de episódios, distribuídos aos conselheiros e conselheiras; que foi esse o material de quantificação a partir do qual trabalharam e que deu a diretriz de cada conceito, de cada elemento de frequência que se estava pontuando. Afirmou que o primeiro dado que chamou a atenção foi que era uma emissora pública cuja produção, na sua programação infantil, era predominantemente internacional; que, se havia a missão de promoção da cultura nacional, isso era um aspecto a ser repensado e reestruturado na sua dinâmica; que a programação nacional era muito centrada no eixo Rio-São Paulo; que causava estranheza e preocupação o fato de estarem situados na América Latina e não ter nenhuma produção de origem latino-americana na construção da grade da emissora, pois continha programas franceses e canadenses; que, em termos de gênero, havia o predomínio da ficção e, em termos de formato, havia boa diversidade. Destacou que na faixa etária havia alguns problemas: primeiro, alguns programas classificados como livre e outros classificados de dois a quatro, três a seis, o que criava uma dificuldade muito grande de estruturação dessas faixas etárias; que

o ordenamento da oferta desses programas não seguia uma ordem muito clara. Comentou que a margem de repetição da oferta de programação era muito grande; que, em termos de forma narrativa, havia um predomínio das narrativas lineares; que, em termos de características gerais dessa programação, os programas são considerados provocativos, divertidos, envolventes, agradáveis, estando em sintonia com o mundo de experiência da criança e que levavam a criança a sério, sendo que, então, em termos da qualidade de conteúdos específicos da programação era muito claro que era uma programação de qualidade. Em seguida, na segunda parte da apresentação, tratou da análise dos episódios, pontuando em que medida o princípio da diversidade estava contemplado. Ressaltou que havia um nível de interatividade presente na programação da emissora, no seu sentido mais clássico; que toda comunicação remetia a uma interatividade; que promovia questionamentos, pois construía um certo diálogo com o público ao trazer temáticas importantes. Disse que não viram tanta originalidade em termos de temáticas na programação; que, em termos de inadequação, afirmou ter um índice baixíssimo de inadequações. Entre os problemas encontrados, destacou: roteiro no programa Janela Janelinha; linguagem visual; técnicos; temporalidade; repetição. Finalmente, informou que todos receberiam o relatório completo, no qual não só os aspectos qualitativos, mas todos os aspectos quantitativos dos 23 programas analisados estariam contemplados e, também, algumas ponderações em relação à nova programação. A presidente **Ima Célia Guimarães Vieira** franqueou a palavra para a manifestação dos conselheiros e conselheiras. A diretora presidente **Maria Tereza Cruvinel** cumprimentou a professora e o Conselho pela iniciativa, o grupo GRIM pelo trabalho, pela excelência da análise, da metodologia, pelo conhecimento demonstrado com relação à programação. Lembrou que o responsável direto pela faixa infantil da programação era o diretor Rogério Brandão, um dos responsáveis pelo êxito da TV Cultura nessa área, tendo trazido para a TV Cultura importantes prêmios, inclusive dois Emmy; que havia programas que eram legados de outros profissionais que passaram pela TVE, como Rosa Crescente e Beth Carmona. Comemorou que em três anos e meio de TV Brasil, e sendo a sexta rede nacional, construiu-se uma programação vitoriosa; que era a melhor programação entre as redes nacionais de televisão. Ponderou que o mercado nacional não oferecia mais conteúdo infantil, perfazendo seis horas nacionais; que acreditava que deveria haver um pouco de universalidade, pois que a TV pública não devia valorizar apenas a cultura nacional, e ressaltou a importância de se ter alguns conteúdos internacionais. Quanto à programação regional, lembrou do programa Catalendas produzido pela TV Cultura do Pará, lembrando que nem todas as emissoras tinham capacidade de produzir. Lembrou também que o Janela Janelinha era um programa internacional de troca de conteúdos e que havia conteúdos latino-americanos. Concordou que não havia uma plataforma de interatividade, mas sabia-se da importância disso; que se herdou da Radiobrás uma pobreza em Tecnologia da Informação. **Rogério Brandão**, diretor de Produção, disse que adorou as pesquisas e as informações, porque era muito mais fácil navegar com mapa e com referência do que sair tateando; que era um trabalho em processo; que há catorze meses apenas consolidou-se a grade com a implantação das seis horas de programação infantil; que o que os norteou durante todo o tempo era a questão de que se precisava ter um espaço para o produto nacional e que, se a análise fosse feita hoje certamente isso já não apareceria, porque, com a virada da grade a partir de abril, havia muito mais produções infantis nacionais. Reafirmou que estavam num processo evolutivo, mas concordou que havia poucos programas da América Latina. O conselheiro **Paulo Ramos Derengoski** disse ter aprendido muito com o trabalho apresentado e o considerou como um dos melhores trabalhos apresentados ao Conselho, e observou a falta de divulgação sobre a história do Brasil. Lembrou que os programas cubanos voltados para as crianças, até por não enfocarem um ponto de vista tão global, internacional, são mais educativos e patrióticos; que a República Popular da China estava se voltando para programas infantis; que essa questão internacional poderia num futuro ser complementada com a América Latina e com aqueles países que tinham hoje afinidade, comércio e interesses comuns com os brasileiros. A conselheira **Maria da Penha Maia Fernandes** destacou que era necessário produzir programas focados na violência contra a mulher; que era importante que houvesse verba para isso, mas também um *pool*, uma associação, um consórcio que procurasse também colocar a questão de gênero. O conselheiro **Daniel Aarão Reis Filho** afirmou que concordava com a posição da presidente de que precisava haver programas internacionais; que não se podia ter uma visão estreitamente nacionalista, mas que se podia traduzir isso com sotaques diferenciados, como uma maneira de se apropriar. Informou que a sua Câmara estava propondo a criação de um grupo de trabalho para discutir os programas educativos da TV Brasil e da EBC, em geral. **Rogério Brandão**, diretor de Produção, formalizou convite para que a pesquisa fosse apresentada para a produção e para os gerentes de licenciamento. A professora **Inês Vitorino** aceitou o convite. A conselheira **Lúcia Willadino Braga** ressaltou que os resultados que a professora Inês trazia eram realmente maravilhosos, colocando para a Câmara elementos para reflexão e recomendações. **Rogério Brandão**, diretor de Produção, ponderou que a grade não podia aprisionar a programação, mas devia ser o mais estável possível, justamente para criar o hábito, a permanência e a consolidação, o que já

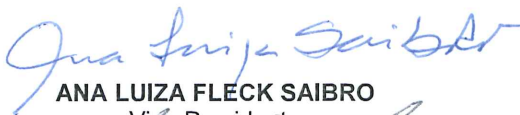
dava resultados concretos. A conselheira **Lúcia Willadino Braga** concordou com a conselheira **Maria da Penha Maia Fernandes** sobre a necessidade da questão das drogas e da saúde aparecerem mais na programação infantil. **Maria do Pilar Lacerda** pontuou que a pesquisa era fundamental porque o Ministério da Educação estava reformulando a TV Escola e que iria discuti-la com a equipe do programa. A diretora presidente **Maria Tereza Cruvinel** ponderou que a TV Escola precisava definir se essa era para a escola ou para o público em geral. A presidente **Ima Célia Guimarães Vieira** fez o encaminhamento no sentido de que o relatório fosse analisado profundamente pela Câmara e daí saíssem as resoluções que deviam ser trazidas ao Conselho para uma determinação geral, numa reunião no dia dezessete de agosto. **Vítor Ortiz**, secretário Executivo do Ministério da Cultura, disse que o trabalho também seria bom para o Ministério da Cultura para a definição de políticas de fomento à produção de conteúdo audiovisual para a televisão brasileira, especialmente para a TV pública. O conselheiro **Guilherme Gonçalves Strozi** consultou se o Conselho concordava que ele apresentasse a pesquisa para os funcionários da EBC, para todos os envolvidos diretamente na produção dos programas. A diretora presidente **Maria Tereza Cruvinel** concordou com a iniciativa. Por fim, a conselheira **Lúcia Willadino Braga** comentou que havia alguns pontos onde se poderia melhorar, sabendo que alguns eram mais fáceis, mais baratos, e outros, caros, e que demandavam tempo e estrutura, mas que era completamente construtiva a análise feita anteriormente. Após intervalo, a presidente **Ima Célia Guimarães Vieira** reabriu a reunião, pedindo celeridade nas participações, devido à extensa pauta que ainda deveriam cumprir. **Vítor Ortiz**, secretário Executivo do Ministério da Cultura, disse que a ministra Anna Buarque pediu desculpas pela ausência, pois não pôde participar da reunião devido à possível votação do PL116. 2. A presidente **Ima Célia Guimarães Vieira** registrou as presenças de Ildeu Moreira de Castro e da nova Ouvidora da EBC, Regina Lima. Passou-se aos Informes. A diretora presidente **Maria Tereza Cruvinel** pediu que Nereide Beirão, diretora de Jornalismo, informasse o andamento do Manual de Redação. Esta relatou que já havia uma quase proposta de minuta que seria colocada na *intranet* na semana que vem; que estavam fazendo esforço para terminar a fase de coleta e mesmo de redação, no máximo, até meados de agosto. A diretora presidente **Maria Tereza Cruvinel** informou sobre o seminário, que estava bem encaminhado com participantes de alto nível, traria uma boa contribuição para o negócio em geral, para a comunicação pública e para o Manual, em particular. Sobre a substituição dos programas religiosos por outros, prevista em cinco meses, informou que isso ainda não estava sendo discutido. 4. A presidente **Ima Célia Guimarães Vieira** retomou a pauta com o item sobre o Operador de Rede Digital. A diretora presidente **Maria Tereza Cruvinel** fez um memorial do tema, destacando os estudos feitos sobre como era, onde funcionava, em que países existiam, etc., e examinou-se as possibilidades de modelo quanto ao atual existente; que foi assinado um protocolo com as outras emissoras públicas federais; que a 1ª Confecom, em dezembro de 2009, aprovou, como uma das suas muitas recomendações, que fosse implantado esse sistema de operador da rede nacional de TV pública digital para acelerar a migração para o sistema digital e fortalecer a comunicação pública; que houve negociações em torno da reativação da Telebrás para a implantação do Plano Nacional de Banda Larga; que foram feitas apresentações na Câmara dos Deputados e à ministra de Comunicação Social da Presidência da República, Helena Chagas, que tomou a si a tarefa de levar essa questão às áreas competentes do governo. O diretor **José Roberto Garcez** completou que as necessidades e definições neste momento extrapolam, ultrapassam a competência e o raio de ação da EBC; que havia um aspecto muito concreto, que era a inclusão desse projeto no plano plurianual; que o governo precisava fazer a avaliação das possibilidades, das propostas, e a definição de que modelo técnico e qual cobertura teria; que deveria ser definido como será a relação da estrutura de governo pela gestão do projeto com as entidades usuárias, como a Câmara Federal, o Senado, o STF, os outros ministérios e órgãos de governo que também tinham as suas estruturas, assim como o Ministério de Educação, Ministério da Cultura e Ministério das Comunicações, que eram, pelo Decreto 5.820, aquelas com possibilidade de terem os seus próprios canais no mundo digital; que deveria ser feita a definição dos recursos financeiros para a implantação do projeto; que, se houver a definição pelo modelo da PPP, ainda havia um entrave não resolvido da administração pública, ou seja, a necessidade de um fundo garantidor; e que era preciso definir um cronograma. A conselheira **Ana Luiza Fleck Saibro** esclareceu que na reunião da Frente Parlamentar pela Liberdade da Expressão o Conselho Curador não teve nenhuma ingerência, nem papel de protagonista naquela reunião, não participou da ideia, não participou da concepção, não tendo, assim, nenhum papel preponderante. A diretora presidente **Maria Tereza Cruvinel** ponderou que o Conselho teve um protagonismo importante, sim, e isso não era uma ofensa, pois chamar um conselheiro para estar na mesa de um debate no Congresso era, realmente, importante. **Sylvio de Andrade** garantiu que a Ministra Helena Chagas já estava pronta para uma audiência sobre o tema e, mais importante do que isso, ela já se conscientizou da necessidade de se realizar gestões dentro do Executivo para que se chegasse a essas definições, que eram fundamentais para a continuidade do projeto. O conselheiro **Daniel Aarão Reis Filho** disse ser

contrário à possibilidade de PPP, mas partidário fervoroso de que houvesse um controle público ou estatal desse ente por razões políticas e estratégicas. Sugeriu que o Conselho aprovasse uma recomendação, no sentido de que a gestão desse operador fosse um ente público ou ente estatal e não um ente privado, ou uma sociedade de economia mista; que as empresas públicas não podiam ficar dependentes de uma empresa privada internacional ou nacional para a regência de suas comunicações. O conselheiro **Takashi Tome** concordou e disse ser particularmente favorável que esse operador de rede, essa rede pública de televisão digital fosse mantida e operada por ente público ou estatal por uma série de razões, principalmente de segurança do Estado. A diretora presidente **Maria Tereza Cruvinel** confirmou que estavam defendendo que ele fosse um projeto estratégico; que a televisão digital existiria sem esse operador; que a EBC já tinha cinco canais digitais e a TV Senado também estava indo por esse caminho. O conselheiro **Takashi Tome** lembrou que uma das críticas que fez no pequeno relatório no ano passado foi exatamente apontar uma incongruência muito grande entre um projeto nacional de rede pública de televisão digital e o trabalho que a EBC estava fazendo na digitalização de seus estúdios e de sua rede; que, portanto, não via isso como uma vantagem, mas como um desperdício de dinheiro público. Explicou que estava se implantando uma série de emissoras digitais da EBC, entretanto, o documento que foi colocado em consulta pública em janeiro do ano passado dizia que a PPP, a empresa que ganhasse a licitação, não aproveitaria nada dessa infraestrutura. O conselheiro **Manoel Roberto Seabra Pereira** sugeriu que o Conselho fizesse uma moção apoiando um projeto em tramitação no Congresso Nacional que definia os canais públicos. **Ildeu de Castro**, MCT, reafirmou a necessidade de inclusão do projeto no PPA, garantir espaço no espectro e buscar uma articulação com os estados e municípios, pois essa questão, possivelmente, acabaria sendo definida no Congresso Nacional, onde se precisava ter força política para contrabalançar uma força poderosa. O Diretor **José Roberto Garcez** acrescentou que havia uma questão preliminar que era saber se e como o projeto estaria no PPA, se o governo queria isso mesmo. A diretora presidente **Maria Tereza Cruvinel** disse que o governo afirmara que não tinha como investir no projeto, ou seja, que esse só existiria se fosse por meio de uma PPP; e que a EBC tinha projetos técnicos para os dois modelos. A presidente **Ima Célia Guimarães Vieira** propôs o encaminhamento de continuar o debate numa próxima reunião. Sugeriu enviar uma carta da Presidência do Conselho à Presidenta da República, colocando a necessidade de definições e de apoio ao projeto do Operador de Rede Digital. O encaminhamento foi aprovado por unanimidade. Após ouvir sugestões, comunicou que as próximas reuniões seriam nos dias dezessete de agosto e vinte e sete de setembro; que haveria uma audiência pública na reunião do dia vinte e sete de setembro para avaliação dos quatro anos da TV pública. O conselheiro **Daniel Aarão Reis Filho** quis chamar a atenção que sua proposta ao fazer o balanço na audiência pública evidentemente implicava numa visão panorâmica dos feitos, problemas e lacunas, mas, principalmente, das realizações; que, então, isso podia ser um momento midiaticamente positivo para a EBC; que poderia, também, ser um momento para se discutir a questão da autonomia da EBC, para que essa tivesse um orçamento próprio, independente dos humores da Presidência da República; e que a Frente Parlamentar convocasse outra audiência pública para repercutir essa questão. Sobre o formato da audiência, a presidente **Ima Célia Guimarães Vieira** propôs montar uma comissão para elaborar uma proposta e encaminhar ao Conselho, concordando em colocar na pauta da reunião do dia dezessete de agosto a preparação da audiência. Informou que a Câmara de Cidadania e Direitos Humanos procurou-a, por meio dos conselheiros João Jorge e Ana Veloso, pois que estavam sendo demandados por organizações não governamentais para se aproximarem mais dos movimentos sociais. Citou uma nota do Sindicato dos Jornalistas do Distrito Federal que pediu ao Conselho uma análise de um caso envolvendo a cobertura da Agência Brasil; e que, após o recebimento da nota, foi solicitado à Diretoria Executiva que se manifestasse por escrito; que era preciso que o Conselho tivesse uma posição sobre essa questão. Sugeriu que se formasse uma comissão para a análise da questão, fazendo um parecer para embasar o encaminhamento a ser dado. A diretora presidente **Maria Tereza Cruvinel** apresentou um questionamento, ou seja, se essa questão era assunto pertinente ao Conselho, já que se tratava de uma questão administrativa. A presidente **Ima Célia Guimarães Vieira** esclareceu que o Conselho tinha de se manifestar de alguma forma; que, ou a presidente se manifestava pessoalmente, o que ela não gostaria, ou se montaria uma comissão, ou, então, se discutiria numa sessão extraordinária qual seria a posição do Conselho. O conselheiro **Guilherme Strozi** argumentou que, por lei, tinham de regular e fiscalizar as ações de conteúdo produzidas pela Empresa Brasil de Comunicação e, inclusive, dentro da norma do Conselho, especificamente as ações da Diretoria Executiva; que era um papel colocado por lei. A presidente **Ima Célia Guimarães Vieira** consultou se poderiam ouvir o presidente do Sindicato para que a situação se resolvesse de vez. O conselheiro **Daniel Aarão Reis Filho** disse que abrir a palavra a alguém de fora do Conselho abriria um precedente, com o que concordou o conselheiro **Paulo Ramos Derengoski**. A presidente **Ima Célia Guimarães Vieira**, então, declarou que seria composta uma comissão, como proposto anteriormente. Passou-se ao item que tratava da Voz do Brasil. O Secretário Executivo **Diogo**

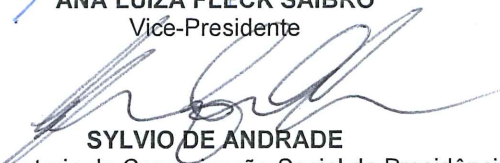
Moyses informou que não houve tempo para concluir os debates na Câmara de Jornalismo. O conselheiro **Mário Augusto Jakobskind** sugeriu que o Conselho aprovasse uma moção em defesa do programa obrigatório para todas as emissoras e o enviasse à Câmara dos Deputados. A presidente **Ima Célia Guimarães Vieira** declarou que ficou aprovada a formulação de uma moção a favor da continuidade da Voz do Brasil; que em dois ou três dias, encaminhariam por *email* para aprovação do texto que a Câmara faria. Por não haver mais assuntos a tratar, a presidente **Ima Célia Guimarães Vieira** agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a reunião. Para constar, eu, **Diogo Moyses Rodrigues**, secretariei a reunião, lavrei a presente Ata, que, depois de lida e aprovada, será assinada pelos presentes na reunião.



IMA CÉLIA GUIMARÃES VIEIRA
Presidente



ANA LUIZA FLECK SAIBRO
Vice-Presidente



SYLVIO DE ANDRADE

Representante da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República

VITOR ORTIZ

Representante do Ministério da Cultura



ILDEU DE CASTRO

Representante do Ministério da Ciência e Tecnologia

MARIA DO PILAR

Representante do Ministério da Educação



DANIEL AARÃO REIS FILHO
Conselheiro

MURILO CÉSAR RAMOS
Conselheiro

LÚCIA WILLADINO BRAGA
Conselheira

MARIA DA PENHA MAIA FERNANDES
Conselheira

PAULO RAMOS DERENGOSKI
Conselheiro

JOÃO JORGE SILVA RODRIGUES
Conselheiro

MÁRIO AUGUSTO JAKOBSKIND
Conselheiro

MANOEL ROBERTO SEABRA PEREIRA
Conselheiro

HELOISA MARIA MURGEL STARLING
Conselheira

TAKASHI TOMÉ
Conselheiro

Ana maria da Conceição Veloso
ANA MARIA DA CONCEIÇÃO VELOSO
Conselheira

GUILHERME GONÇALVES STROZI
Conselheiro

Paula
MARIA TEREZA CRUVINEL
Diretora-Presidente da EBC

DIOGO MOYSES RODRIGUES
Secretário